

RELATÓRIO CONDEMA

Reunião 205, de 27 de março de 2018.

Em Assuntos Gerais o Sr. Castro, Diretor de Operações Ambientais informou que a DOA está realizando junto com a Vigilância Sanitária e Defesa Civil, uma campanha de combate à febre amarela e sobre um incidente envolvendo um macaco prego que foi atropelado no bairro Vista Linda, ocasião em que a veterinária recolheu material e encaminhou para exames que vão constatar ou não alguma doença. Falou que a DOA deve ser acionada em caso de necessidade de recolhimento de animais.

A Sra. Mylene Lyra, Coordenadora de Educação Ambiental, informou que a PMB, através da SM, realizará o V Festival da Mata Atlântica na Semana de Meio Ambiente para apoiar iniciativas regionais parceiras da Mata Atlântica e ressaltar pessoas, grupos e iniciativas que desenvolvem e apoiam o uso sustentável da Mata Atlântica e seus componentes, promovendo desenvolvimento social justo e solidário aliado a respeito ao meio ambiente. O Festival visa gerar troca de experiências e inspirações entre pessoas engajadas em projetos socioambientais de Bertioga e região, tendo como referência o cuidado com o meio ambiente, fomentando reflexões, discussões e atividades com ênfase na defesa da Mata Atlântica e do patrimônio histórico cultural de Bertioga, na promoção do sentimento de pertencimento territorial. Contamos com o importante apoio do SESC, que entende a grandeza de trabalhar com a comunidade, trazendo a gastronomia sustentável utilizando alimentos da Mata Atlântica e oficina direcionada às crianças. O ST, conselheiro Ney Carlos, tem ajudado na busca de parceiros e apoiadores. Falou que precisará do apoio do CONDEMA.

O Sr. Presidente informou que equipes da SM e da SS visitaram o Centro de Bem-Estar Animal de Mogi das Cruzes para conhecer o funcionamento e instalações. A SM vem buscando parceiros para implantar um Centro de Bem-Estar Animal no município.

O Sr. Presidente participou, acompanhado da equipe, conselheiros, Vereadores e do Presidente da CMB, da Audiência Pública do Movimento contrário ao aproveitamento das águas do Rio Sertãozinho, afluente do Rio Itapanhaú, para abastecimento do sistema SABESP do Alto Tietê. Falou da importância do movimento que envolve a comunidade os poderes constituídos no município, visando o bem do comum.

Sobre o **Plano de Manejo do Parque Estadual Restinga de Bertioga – PERB**, o Sr. Presidente informou que foi nomeado o Conselho Gestor do Parque da Restinga que terá como Presidente o Gestor do PERB, Dr. Fernando e o SM como Vice-Presidente; fazem parte também os conselheiros Ney Carlos e Paulo Velzi (Secretário Executivo), tendo como suplentes os Srs. Emerson e Castro. Informou que os conselheiros receberam o Plano de Manejo e convite para Oficinas sobre o tema, realizadas no Espaço Cidadão de Boraceia e do Centro. O Sr. Filipe Sofiati foi convidado para apresentar o diagnóstico do Plano de Manejo feito pela Fundação Florestal. Falou sobre a gestão que abrange a área do Parque e também a chamada Zona de Amortecimento (cerca de 3 km) em fase de estudos. Informou que são mais de cem

pesquisadores realizando o levantamento de fauna e flora e que o Plano conta com um cronograma. Falou sobre o zoneamento, ocupações, regularização/retirada de ocupações, regulação com ações de gerenciamento do que existe. E sobre a implantação de programas de infraestrutura, turismo e outros projetos individuais inseridos no plano de manejo. O Sr. Presidente explicou que é preciso retomar a discussão e garantir que o Plano Diretor seja respeitado, bem como o Zoneamento Ecológico Econômico, evitando uma interferência maior do Estado, restringindo ainda mais o desenvolvimento do município.

Sobre o **Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos** o Sr. Presidente explanou acontecimentos no âmbito da AGEM, que vem abordando no Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos da Baixada Santista, questões de como trabalhar a logística reversa e a redução de resíduos, fortalecer programas de educação ambiental e de coleta seletiva, bem como soluções para a disposição final de resíduos. Falou sobre a situação dos aterros e sobre o trabalho que o IPT vem realizando junto com a Prefeitura abordando questões de resíduos, subsidiando a tomada de decisões dos gestores públicos. Lembrou que no âmbito municipal, recentemente foram aprovados os **Planos de Gestão Integrada Resíduos Sólidos e de Gestão de Resíduos da Construção Civil**. O conselheiro Fernando explicou sobre o **Plano Regional de Resíduos Sólidos da Baixada Santista**, que engloba 9 municípios, cujo objetivo é traçar uma estratégia para que os municípios se unam e passem a realizar as diretrizes adotadas na Lei Federal 12.305/2010, levando-se em consideração a hierarquização definidas na lei, sobretudo a não geração, redução, reciclagem e o tratamento final de seus resíduos de forma consorciada. Ressaltou a importância de todos tomarem conhecimento.

O conselheiro Fernando apresentou os projetos para FEHIDRO: execução das obras do projeto de macro e micro drenagem, definidas como MG3 no Plano Diretor de Macrodrenagem do Município de Bertioga, na divisa dos bairros do Maitinga e Sesc; contratar projeto executivo da área macro e micro drenagem do bairro Chácaras Vista Linda; containerização do resíduo sólido domiciliar em úmido e reciclável em área que abrangerá na região central.

DELIBERAÇÕES:

Congelamento de Núcleos de Ocupações Irregulares: o Sr. Presidente convidou a Dra. Juliana e o Diretor de Habitação, André Santana para explanar o assunto. O Sr. André Santana lembrou que a Lei n.º 1277 foi aprovada em novembro de 2017 e a partir daí foi dado início ao levantamento e cadastro das áreas nessa situação. Até o momento a DHA tem material suficiente para o congelamento de três áreas e, para isso, conforme determina a Lei, é **necessária a aprovação do CONDEMA** para prosseguimento. Explanou sobre as características das três áreas: Área 01 – Núcleo Sítio São João (Rua Marítima); Área 02 – Núcleo Chácaras (quadras T, U e Z); e Área 03 – Núcleo Chácaras (margem do Rio Itapanhaú). Explicou que o congelamento dessas áreas é necessário para prosseguimento dos estudos. O Sr. Presidente explicou que o congelamento tem a finalidade evitar novas ocupações e possibilitar, por exemplo, pequenas reformas por motivo de risco ou saúde. Os conselheiros

conversaram e sanaram dúvidas. Em **votação o prosseguimento do congelamento dessas três áreas**. Os conselheiros João Nóbrega, Rita de Cássia, Fernando Poyatos, Ney Carlos, Maria Inês, Emerson Luís, Teresa Cristina e Paulo Velzi votaram a favor do prosseguimento e o conselheiro Ubirajara votou contra, portanto **o pleito foi APROVADO por maioria de votos** (8 votos a favor e 1 voto contra);

FUNESPA: sobre despesas no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para realização do Festival da Mata Atlântica e Semana do Meio Ambiente: os conselheiros João Nóbrega, Rita de Cássia, Fernando Poyatos, Ney Carlos, Maria Inês, Emerson Luís, Teresa Cristina e Paulo Velzi votaram pelo deferimento e o conselheiro Ubirajara votou contra, portanto **o pleito foi APROVADO por maioria de votos** (8 votos a favor e 1 voto contra).

Reunião 206, de 24 de abril de 2018.

Iniciando com **Assuntos Gerais**, o conselheiro Ubirajara formou denúncia sobre caminhões e máquinas da prefeitura retirando terra depositada na área pública atrás do Ginásio e Escola Municipal e sendo levada para um depósito e, supostamente, vendida. Pediu providências e o Sr. Presidente informou que será instaurado processo administrativo para apuração. O conselheiro reclamou de sobre resíduos de construção sendo jogados na Av. B, Rua Maria de Lourdes, sem caçamba.

O conselheiro Paulo Velzi informou que no evento da A Tribuna sobre Saneamento um dos assuntos foi o movimento contra a Transposição e que o representante da SABESP disse que o dinheiro liberado é para estudo e não para dar início às obras. Sugere que, caso esta obra transposição avance, há de se exigir contrapartidas para o município. O conselheiro Ney Carlos, em relação á contrapartidas, colocou a possibilidade da realização de estudos para também solicitar contrapartidas do Governo do Estado, tanto pelo aproveitamento do Rio Itatinga para geração de energia pela CODESP ao Porto de Santos, bem como pela Rodovia Rio-Santos, que nos causa transtornos e pouco investimentos de modo a melhorar as condições de trânsito em nossa cidade.

O conselheiro Fernando informou sobre a licitação para aquisição de um caminhão de coleta seletiva, que será pago mediante repasse do FECOP, prêmio no MVA.

O Sr. Wrykanã reitera a denúncia de retirada de terra em Boraceia. Pede providências.

A Sra. Rafaela solicitou permissão para apresentar projeto que gostaria de incluir no Festival da Mata Atlântica e foi orientada a apresentar este projeto à Coordenadora de Educação Ambiental Mylene Lyra.

O Sr. Presidente informou que esteve com o Sr. Prefeito em reunião com o Secretário de Meio Ambiente do Estado, discorrendo sobre Termo de Cooperação Técnica entre o Município e CETESB; Plano de Manejo do PERB, aproveitando para convidar os Conselheiros a participar no redesenho do mapa antes da próxima reunião técnica; e Resíduos da Construção Civil. Falou sobre o que foi requisitado em cada tópico.

Aproveitamento das águas do Rio Sertãozinho (Transposição do Rio Itapanhaú) para reservação de água no sistema Metropolitano de São Paulo. Foi protocolado ofício na Secretaria de Estado com o pedido de revogação da Licença Prévia expedida no Licenciamento Ambiental, sob o Processo CETESB nº 166/2015. Alternativamente foi exigido a realização de estudos (EIA/RIMA) em toda extensão do Rio Itapanhaú, com reflexo na Bacia Hidrográfica da Baixada Santista.

Foi colocada a preocupação da queda de barreiras na Rodovia Mogi Bertiooga, a Secretaria de Serviços Urbano vem sendo cobrada quanto ao pedido ao DER do material para utilização nas ruas e áreas públicas da cidade. Também protocolada na fundação Florestal, solicitação de providências pelo descarte do material proveniente da barreira em floresta abaixo da rodovia, causando degradação por sufocamento em área especialmente protegida. Ainda, abordada segurança desta rodovia pelos impactos decorrentes da queda de barreiras e das explosões destas rochas. O Sr. Presidente colocou que o Gabinete do Prefeito está solicitando informações, a fim de garantir segurança a todos os usuários da via.

Projeto de Lei Programa de Educação Ambiental: o conselheiro Fernando apresentou a minuta da lei do Programa de Educação Ambiental. Incluído o art. 3º, inciso X, sobre questão sócio ambiental. Solicitado prazo para melhor avaliação do projeto, que foi concedido.

DELIBERAÇÕES:

FUNESPA: a 20ª reunião concluiu com a autorização de despesas no valor de **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** para suportar com o pagamento do transporte no Projeto com o Parque das Neblinas, onde participarão 400 crianças do ensino fundamental e professores, portanto **o pleito foi APROVADO por unanimidade.**

Reunião 207, de 29 de maio de 2018.

Começando com Assuntos Gerais, o conselheiro Nelo protocolou requerimento solicitando providências referentes ao Auto de Infração Ambiental Estadual n.º 20180516007763-1 lavrado para a Associação dos Amigos da Riviera de São Lourenço (Passeio dos Jequitibás, 10 – Riviera), bem como Cópia de Inteiro Teor do Termo de Cooperação cujo extrato foi publicado no BOM Digital n.º 835, entre o Município e a Associação dos Amigos da Riviera de São Lourenço. O conselheiro Ubirajara questionou sobre a denúncia de desvio de aterro em Boraceia e foi informado da instauração de PA 4343/18 para apurar o ocorrido. A conselheira Teresa solicitou trazer ao conselho atualização sobre o Plano de Saneamento Básico e foi informada que o assunto constará na próxima pauta. O Diretor Castro falou sobre as judicializações de áreas de invasão. Atualizou os conselheiros sobre o embargo da área de proteção ambiental no Hanga Roa. Falou sobre o trabalho para fiscalização e contenção de áreas de invasão e sobre os esforços para traçar um procedimento universalizado de atuação nessas situações de invasões. Também registrou que a estrutura da DOA está sucateada e em breve submeterá ao conselho pedido para melhorias. O conselheiro Fernando apresentou relatório sobre a estrutura montada

com verba do FUNESPA, aprovada pelo Conselho, otimizando e melhorando as condições de trabalho neste projeto em parceria com o IPT, para elevação da esteira no Centro de Gerenciamento - Setor de Triagem. Informou que há processo licitatório para adquirir com recurso da FECOP mais um caminhão a ser disponibilizado para a coleta seletiva. A Dra. Cintia da OAB pediu atenção ao Plano de Manejo do PERB e questionou alguns procedimentos referentes a implantação de empreendimentos de utilidade pública - saneamento, transporte, telecomunicações e energia nesta área. Lembrou que todos podem contribuir com ideias ou questionamentos pelo site e é importante que os conselheiros participem, pois neste momento o Plano ainda está em fase de desenvolvimento. O conselheiro Nelo explicou que o PERB é regulamentado pelo SNUC e nesse caso devem ser observadas três condicionantes: utilidade pública, interesse social e alternativa locacional. Se o empreendimento contemplar uma destas condicionantes ele é passível de implantação e não só dentro do PERB, mas também na faixa de amortecimento. O Sr. Presidente afirmou a importância destas discussões e lembrou que nos dias 4 e 5 de junho acontecerão as Oficinas realizadas pela Fundação Florestal sobre o Plano de Manejo. As oficinas acontecerão, respectivamente, no Espaço Cidadão de Boraceia, das 17h às 21h e no Espaço Cidadão Centro, das 09h às 17h. É importante a participação de todos para discutir ideias e garantir que o Plano Diretor e o Plano de Zoneamento Ecológico Econômico sejam respeitados, de modo que nos seja permitido projetar o desenvolvimento do município.

Semana de Meio Ambiente: o Sr. Presidente informou que a SM realizará o V Festival da Mata Atlântica, do dia 31 de maio a 3 de junho de 2018 (quinta a domingo) com objetivo de exaltar iniciativas regionais que sejam parceiras da Mata Atlântica e demonstrar o apoio da gestão municipal às mesmas. Agradeceu o apoio do CONDEMA, da ST e SESC e convidou todos a participarem. Os conselheiros discutiram a importância de se planejar o papel do município no futuro, considerando sua localização, a legislação cada vez mais restritiva, voltada à preservação ambiental. Esta é a importância de se discutir o Plano Diretor, planejar o futuro e quais as possibilidades o município oferece, também garantindo a autonomia municipal. O conselheiro Fernando completou informando que esteve em quatro leituras públicas e em todas percebeu que essa busca por uma identidade é demanda constante da população, que o município está despertando para essa consciência. O Sr. Presidente aproveitou para informar que no próximo dia 5 de junho será assinado um Termo de Cooperação com o Instituto Ecofuturo que atenderá ainda este ano, 400 crianças do ensino fundamental do município e 17 professores. A assinatura acontecerá no Parque das Neblinas.

Programa Municipal de Educação Ambiental: em razão da impossibilidade de comparecimento de parte dos conselheiros e da importância do tema o Sr. Presidente sugeriu que esta pauta seja tratada na próxima reunião. Os conselheiros concordaram e sugeriram a realização de rodas de conversa para ouvir a população e trocar ideias.

DELIBERAÇÕES:

Projeto Orla da Praia de Boracéia: a conselheira Maria Inês apresentou detalhes do Projeto para instalação de portais em acessos principais à Praia de Boraceia e informou seu custo estimado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Observou-se que o projeto precisa ainda ser submetido aos técnicos responsáveis da PMB para eventuais adequações e também verificar a necessidade de eventuais autorizações para sua implantação. O conselheiro Nelo sugeriu que o projeto dê preferência ao plantio de espécies nativas. Colocou, ainda, que projetos desta natureza, se pensados para toda a orla, por exemplo, podem ser apresentados na FEHIDRO e pleitear verba para sua implantação. Colocado em votação, o Projeto Orla da Praia de Boraceia foi **APROVADO por unanimidade.**

FUNESPA: o Sr. Presidente explicou que, conforme estabelece a Lei 242/97, em seu art. 7º, faz-se necessária nomeação através de portaria, do Conselho Diretor do FUNESPA para o biênio mai/2018 – abr/2020. Explicou que a DFI indicou o Sr. Márcio Ricardo de Oliveira Alves (memo 074/18-SA) e que foi encaminhado Ofício 067/18-SM solicitando indicação de representante do Legislativo. O conselho deve indicar dois representantes para compor o quadro. Os conselheiros conversaram e **INDICARAM os conselheiros Teresa e Ubirajara.**

Reunião 208, de 26 de junho de 2018.

Iniciando Assuntos Gerais, o conselheiro Fernando informou que em razão de mudança na gerência da SABESP a apresentação do monitoramento das Estações de Tratamento de Esgoto ocorrerá na próxima reunião. Também será convidado representante da Vigilância Sanitária para explanar sobre o monitoramento das Estações de Tratamento de Água.

Conselheiro Ubirajara questionou desmatamento em área pública em Boracéia atrás da escola e retirada de aterro e que já denunciou no MP. Indagou sobre construções na área do Camping, possivelmente sem licenças. O Diretor Castro informará a SO e irá verificar. O conselheiro João Thiago informou que denúncias podem ser encaminhadas pelo aplicativo "Denúncia Ambiente", com anonimato garantido.

Conselheiro Nelo solicitou verificar aprovação de projeto de iluminação no canto da Praia de São Lourenço, mód. 7, Riviera. Informou, ainda, que áreas lindeiras aos Módulos 6 e 7 são permanentemente bosqueadas, impedindo a regeneração natural. Destacou necessidade de medidas de prevenção para impedir invasões, bem como necessidade de preservar margens dos rios como áreas de preservação permanente.

Conselheira Teresa indagou sobre a legislação de educação ambiental não estar na pauta e foi informada que a redação está sendo reavaliada e possivelmente constará para discussão na próxima reunião.

O conselheiro Paulo comunicou que o prazo para as contribuições do plano de manejo do PERB pelo site da SMA está vencendo, o limite será no próximo 04/07.

Sr. Ícaro indaga sobre o conhecimento do CONDEMA na pavimentação de espaço onde tem a tenda de evento, em frente à Casa da Cultura, negativada pelos Conselheiros.

Sra. Rafaela agradeceu ao conselho pela aprovação do repasse anterior que possibilitou significativa melhora no atendimento, reabilitação, e soltura dos animais silvestres. Reavaliando todo o período de atendimento constatou-se que o valor adequado para garantir o serviço é de R\$ 12.000,00 mensais, totalizando R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) no ano. Os conselheiros reforçaram a importância do trabalho realizado pela Sra. Rafaela e agradeceram.

O Diretor Castro (DOA) expôs a importância das intervenções do MP para o congelamento de área no Bairro Chácaras. Explicou as ações da DOA em relação as áreas de invasão, e também sobre ocorrências de poluição sonora. Falou das dificuldades estruturais e administrativas que prejudicam a fiscalização, sobre o déficit de recursos humanos, da necessidade de reforço para a Guarda Ambiental. O conselheiro Nelo sugeriu aquisição de drone para ajudar nas ações.

Conselheiro Paulo Velzi solicitou apresentação de revisão de equipamentos da Secretaria, aquisição do drone e sistema digital para fiscalização, ações para acabar com o uso de papel; o Cons. Ubirajara falou da possibilidade de uma sede para o CONDEMA; Sr. Wilson Roberto reclamou dos postes de iluminação na praia de São Lourenço, do trailer funcionando até mais tarde, de problemas com som alto e carros na praia. O Sr. Presidente informou que apesar de algumas reclamações há também muitos elogios dos moradores e trabalhadores que podem usufruir de atividades esportivas, recreativas e de lazer após o trabalho, já que o período de iluminação vai das 18h00 até 00h00. As demais reclamações de som alto e carros na praia serão apuradas.

DELIBERAÇÕES:

Sr. Ícaro atualizou sobre ações do Movimento Salve o Rio Itapanhaú, que estiveram em audiência pública na ALESP e na Câmara dos Deputados em Brasília e com o SMA Maurício Brusadin. Solicita ao CONDEMA **moção** ao Prefeito verificando possibilidade de propor medida cautelar ao Tribunal de Justiça sobre decisões da Ação Civil Pública referente às obras de aproveitamento de afluente do Rio Itapanhaú, com efeito a paralisação do licenciamento, com base na Lei Federal n. 8437 de 1992. Colocado em votação o pedido de moção para que o Prefeito avalie o uso da norma em comento, a indicação **foi APROVADA por unanimidade**.

FUNESPA: contou com a apresentação de despesas de R\$ 20.000,00 para suporte ao Curso de Férias de Julho; R\$ 144.000,00 para a reabilitação de animais silvestres (Termo de Referência para chamamento público); e R\$ 40.000,00 para contratação de MEI para a realização de serviços de cuidador de animais domésticos, perfazendo um montante de **R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais)** que foi **APROVADO** por unanimidade.